

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2011



Município de Angelina

Data de Fundação – 07/12/1961

População: 5.210 habitantes (IBGE - 2011)

PIB: 63,32 (em milhões)
(IBGE - 2009)





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	5
3.1. Apuração do resultado orçamentário.....	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	14
4.1. Situação Patrimonial	15
4.2. Análise do resultado financeiro.....	16
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	17
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES.....	20
5.1. Saúde.....	20
5.2. Ensino	22
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências.....	22
5.2.2. FUNDEB.....	23
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF).....	26
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	26
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	27
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	28
6. DO CONTROLE INTERNO.....	30
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	30
8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	33
9. RESTRIÇÕES APURADAS	36
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011	37
CONCLUSÃO	37
ANEXO	39
APÊNDICE.....	40

PROCESSO	PCP 12/00093078
UNIDADE	Município de Angelina
RESPONSÁVEL	Sr. Gilberto Orlando Dorigon - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2011
RELATÓRIO N°	4031/2012

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Angelina, relativas ao exercício de 2011.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2011 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Angelina, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 07/11/2012.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de

forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

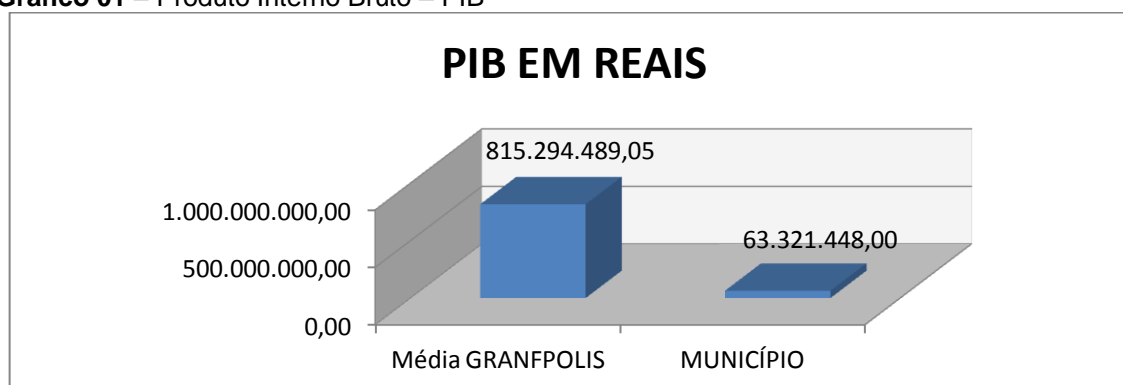
Considerando o Despacho nº GPDRR/171/2012, do Sr. Procurador Diogo Roberto Ringenberg (fls. 457 dos autos), altera-se o Capítulo 7 - Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, do Relatório de Contas nº 2851/2012 (fls. 433 a 456) em razão da existência do FIA como Unidade Orçamentária e do pagamento da manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar com recursos do citado Fundo (apesar de informação da Prefeitura Municipal quando da manifestação acerca do Ofício nº 4.718/2012).

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

A História de Angelina começa em 1858, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, vindos das colônias vizinhas de Sacramento e de São Pedro de Alcântara, que batizaram o lugar o nome de Vila Mundéus (armadilha rudimentar de caça usada na época). Em 1891, torna-se distrito de São José e recebe o nome de Angelina, em homenagem ao então presidente do Conselho de Ministros do Rio de Janeiro, Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Torna-se cidade 70 anos depois, em 1961.

O Município de Angelina tem uma população estimada em 5.210² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,77³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 63.321.448,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 11.734,89, considerando uma população estimada em 2009 de 5.396 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2009

¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

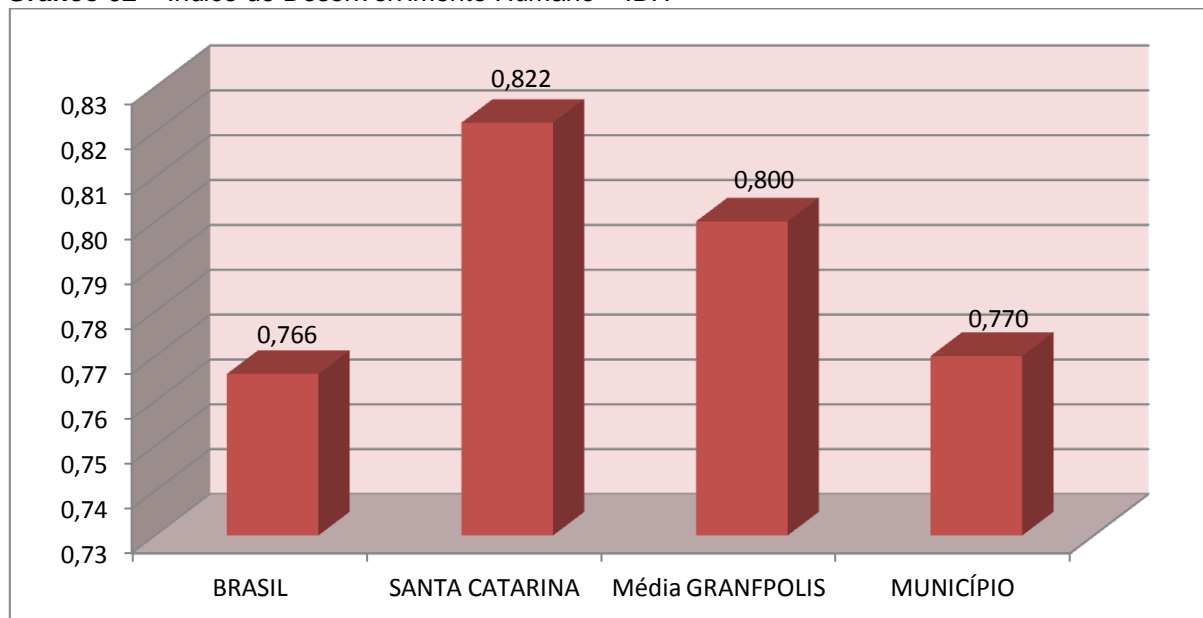
² IBGE - 2011

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2009

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Angelina encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	13.374.952,46
PPA	1085/2009	30/06/2009	DESPESA FIXADA	13.374.952,46
LDO	1115/2010	27/08/2010		
LOA	1120/2010	29/10/2010		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 1.399.963,66**, correspondendo a **11,57%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 1.399.963,66, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 18.895,64 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 1.418.859,30.

Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor, o Município apresentou Déficit de R\$ 25.417,35.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 692.646,34), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2011

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	13.374.952,46	12.095.159,31	90,43
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	14.612.526,79	10.695.195,65	73,19
Superávit de Execução Orçamentária		1.399.963,66	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor			
	Superávit Consolidado Ajustado	Superávit do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	Déficit excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor
RECEITA	12.095.159,31	1.684.870,22	10.410.289,09
DESPESA	10.695.195,65	259.489,21	10.435.706,44
Resultado de Execução Orçamentária	1.399.963,66	1.425.381,01	25.417,35

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: No Quadro anterior, a divergência apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro, e o resultado da execução orçamentária, no montante de R\$ 205,64, refere-se ao cancelamento de restos a pagar de igual ordem.

Obs.: A receita no montante de R\$ 1.684.870,22, assim como a despesa no montante de R\$ 259.489,21, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao RPPS.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Angelina nos últimos 5 anos:

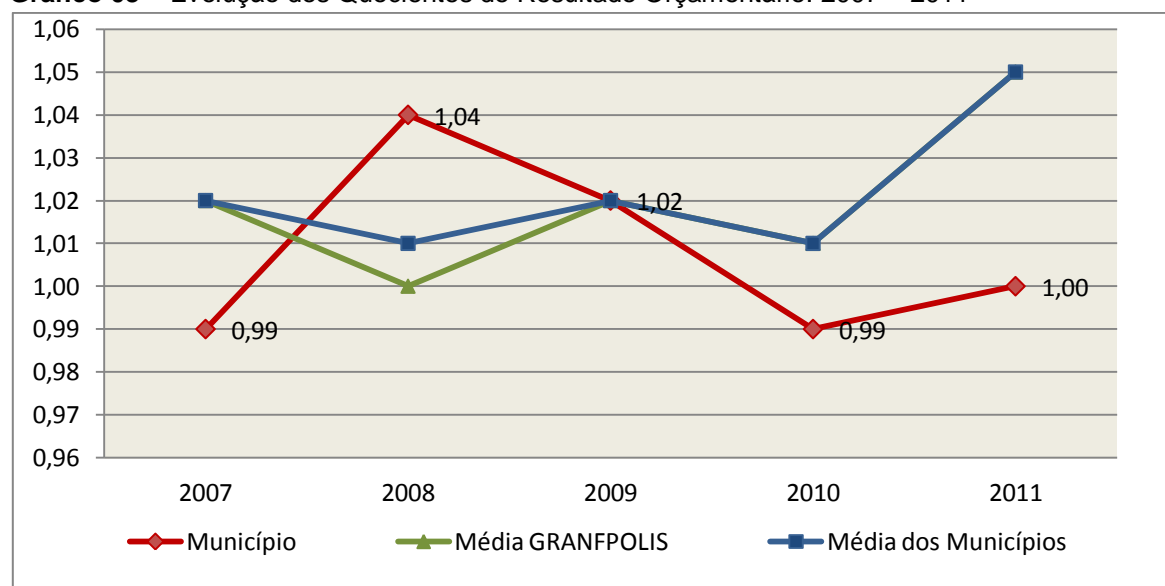
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2007-2011

ITENS / ANO	2007	2008	2009	2010	2011
1 Receita realizada	6.494.850,95	8.187.747,71	8.632.396,88	9.926.007,46	10.410.289,09
2 Despesa executada	6.582.087,01	7.891.811,45	8.444.416,03	10.037.212,08	10.435.706,44
QUOCIENTE	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Orçamentário (1÷2)	0,99	1,04	1,02	0,99	1,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 12.095.159,31**, equivalendo a **90,43%** da receita orçada.

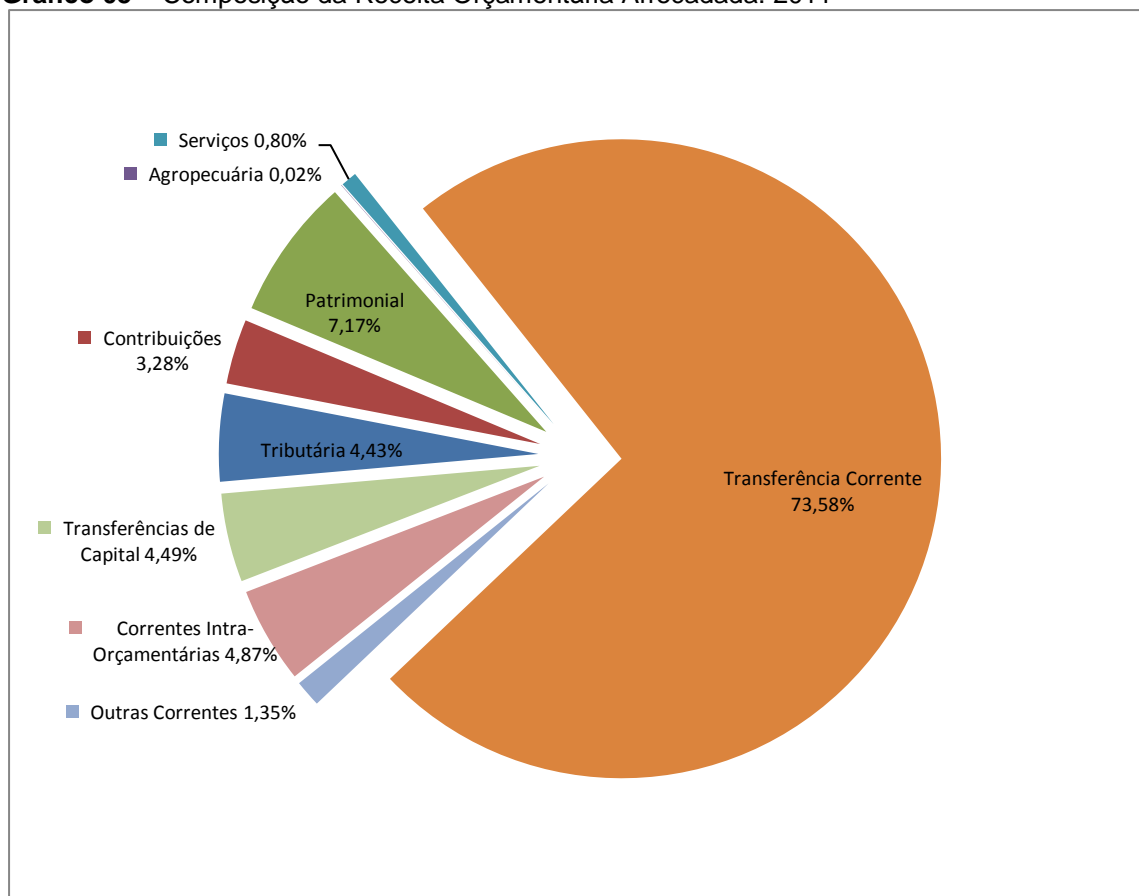
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2011

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	656.500,00	535.984,71	81,64
Receita de Contribuições	368.000,00	397.253,27	107,95
Receita Patrimonial	889.104,30	867.598,41	97,58
Receita Agropecuária	10.000,00	2.122,00	21,22
Receita de Serviços	95.000,00	97.306,92	102,43
Transferências Correntes	7.998.348,16	8.899.987,72	111,27
Outras Receitas Correntes	63.500,00	163.142,37	256,92
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	474.500,00	588.747,79	124,08
RECEITA CORRENTE	10.554.952,46	11.552.143,19	109,45
Alienação de Bens	50.000,00	-	-
Transferências de Capital	2.770.000,00	543.016,12	19,60
RECEITA DE CAPITAL	2.820.000,00	543.016,12	19,26
TOTAL DA RECEITA	13.374.952,46	12.095.159,31	90,43

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2011

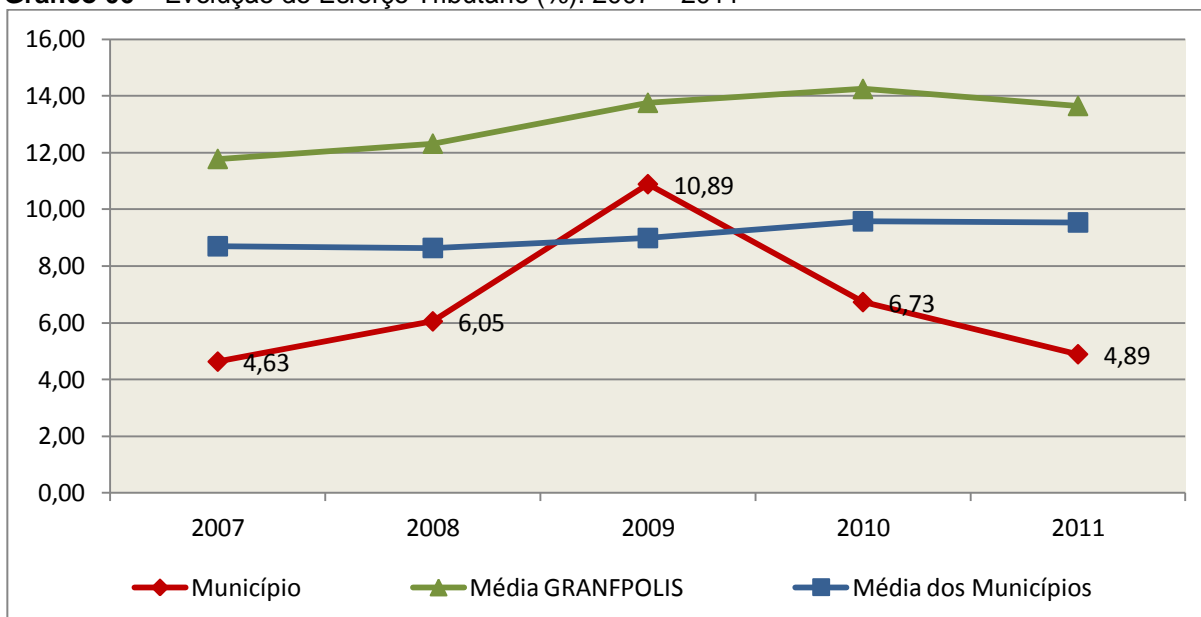


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **73,58%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2007 – 2011

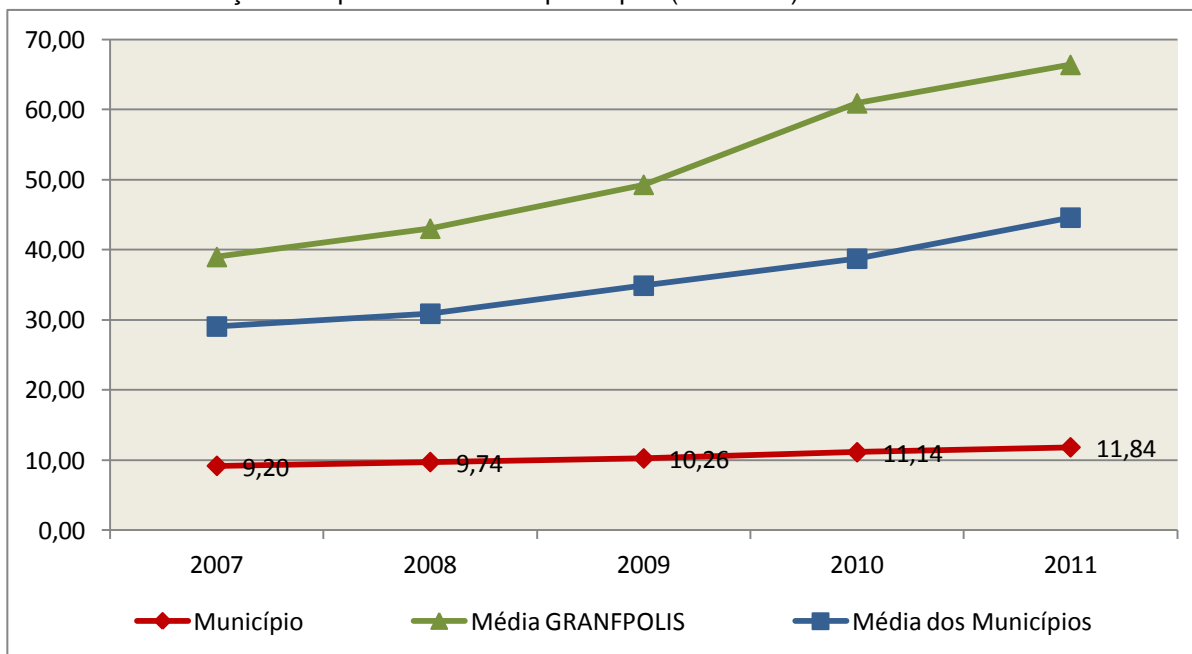


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

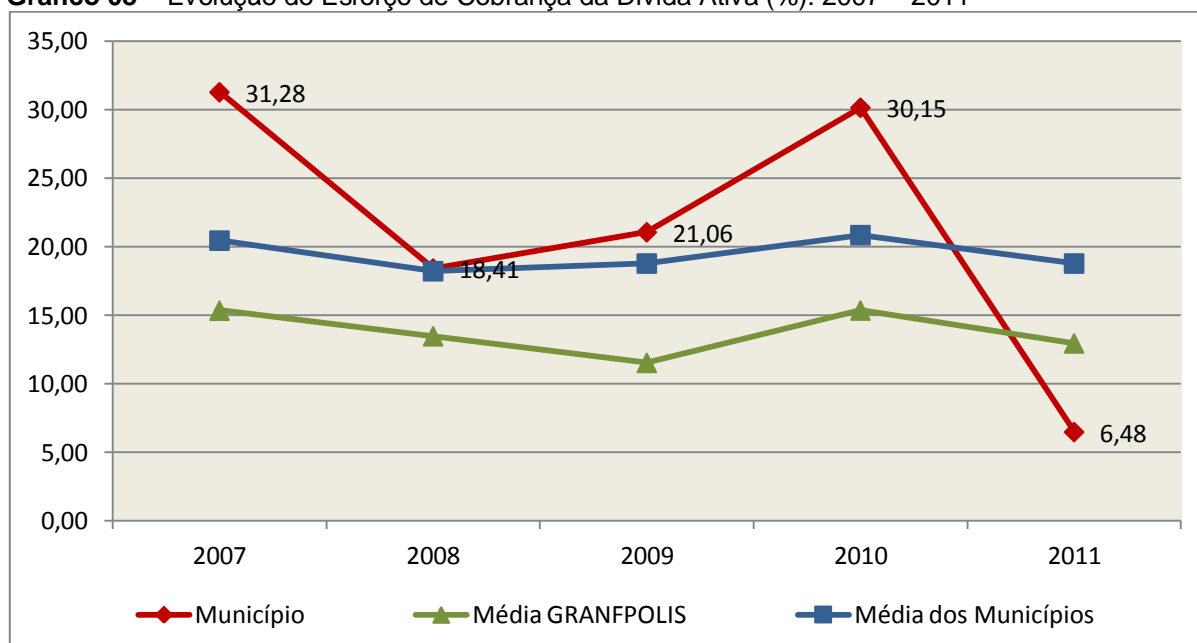
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2011

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
257.412,04	78.475,84	0,00	0,00	16.686,93	66.071,46	253.129,49

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	375.000,00	374.953,10	99,99
04-Administração	1.273.122,64	1.242.171,82	97,57
06-Segurança Pública	16.500,00	3.950,10	23,94
08-Assistência Social	222.353,50	194.540,72	87,49
09-Previdência Social	369.340,00	263.829,21	71,43

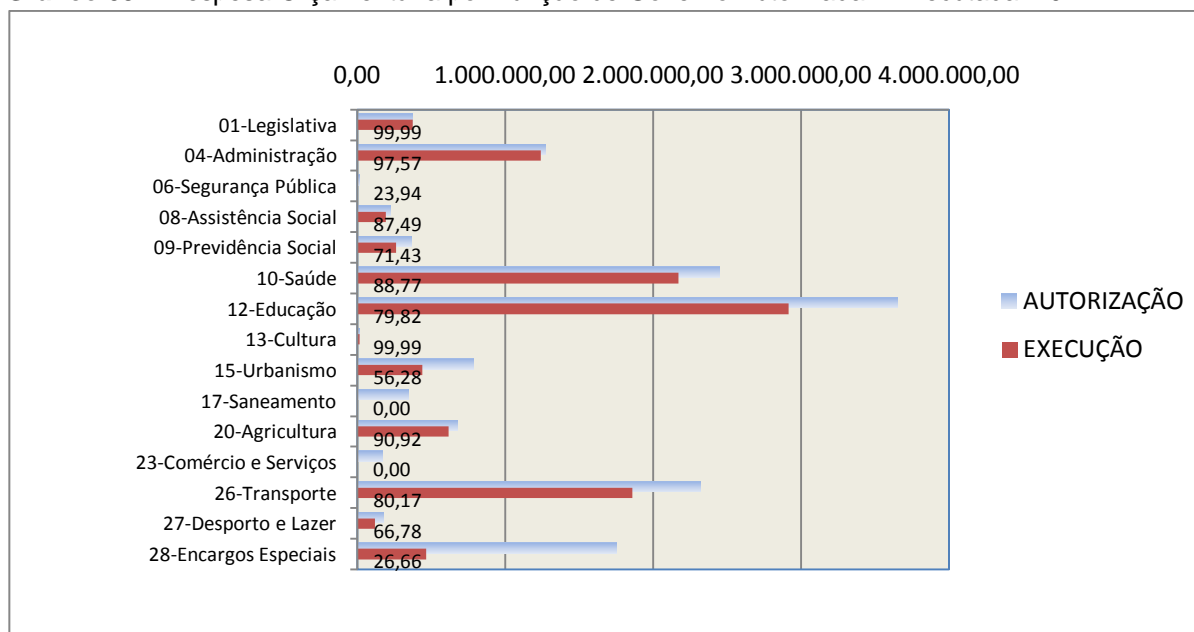
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
10-Saúde	2.447.439,48	2.172.680,50	88,77
12-Educação	3.654.435,55	2.917.142,86	79,82
13-Cultura	18.220,00	18.218,76	99,99
15-Urbanismo	784.007,01	441.203,50	56,28
17-Saneamento	350.000,00	-	-
20-Agricultura	680.563,67	618.790,72	90,92
23-Comércio e Serviços	170.000,00	-	-
26-Transporte	2.322.473,17	1.861.944,53	80,17
27-Desporto e Lazer	178.100,00	118.931,56	66,78
28-Encargos Especiais	1.750.971,77	466.838,27	26,66
TOTAL DA DESPESA	14.612.526,79	10.695.195,65	73,19

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2011



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2007 – 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2007	2008	2009	2010	2011
01-Legislativa	287.216,65	284.362,01	310.439,87	374.752,85	374.953,10
04-Administração	847.644,18	919.771,48	1.033.559,05	1.049.600,28	1.242.171,82
06-Segurança Pública	-	-	-	6.776,58	3.950,10
08-Assistência Social	191.490,27	223.145,69	243.259,58	235.759,50	194.540,72
09-Previdência Social	68.176,90	112.449,86	174.829,61	225.549,58	263.829,21
10-Saúde	1.297.367,53	1.556.981,66	1.880.067,08	2.100.279,15	2.172.680,50
12-Educação	1.480.919,85	1.897.134,14	1.976.036,05	2.711.150,98	2.917.142,86
13-Cultura	7.900,00	8.804,65	14.325,60	23.308,56	18.218,76
15-Urbanismo	817.262,81	363.536,59	251.375,79	544.377,80	441.203,50
20-Agricultura	418.277,51	588.320,46	510.473,89	461.789,52	618.790,72
23-Comércio e Serviços	35.073,20	147.682,50	-	104.362,23	-
26-Transporte	870.408,65	1.484.191,59	1.350.787,49	2.090.591,45	1.861.944,53
27-Desporto e Lazer	67.503,22	78.788,39	568.660,58	69.573,90	118.931,56
28-Encargos Especiais	261.023,14	339.092,29	305.431,05	264.889,28	466.838,27
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	6.650.263,91	8.004.261,31	8.619.245,64	10.262.761,66	10.695.195,65

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2011

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	61.697,88	0,73
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	252.729,10	3,01
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	110.279,23	1,31
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	54.659,96	0,65
Cota do ICMS	2.551.346,37	30,39
Cota-Parte do IPVA	275.038,41	3,28
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	50.119,41	0,60
Cota-Parte do FPM	4.992.324,67	59,47
Cota do ITR	23.021,23	0,27
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	14.052,24	0,17

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	5.818,52	0,07
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	3.347,21	0,04
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	8.394.434,23	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2011

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	12.502.159,54
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.538.764,14
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	255.929,33
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.707.466,07

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Angelina (em Reais): 2010 – 2011

ATIVO	2010	2011	PASSIVO	2010	2011
Financeiro	7.395.318,45	8.230.405,03	Financeiro	901.626,43	336.543,71
Disponível	7.393.578,45	8.228.665,03	Depósitos	159,19	8.918,87
Caixa	16,17	3,66	Consignações	-	8.759,68
Bancos Conta Movimento	363.587,03	550.051,70	Depósitos de Diversas Origens	159,19	159,19
Bancos Conta Vinculada	1.023.529,54	390.878,08	Restos a Pagar	901.467,24	327.624,84
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	1.803.829,59	69.486,64	Obrigações a Pagar	901.467,24	327.624,84
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	302,13	1.798.845,90			
Investimentos do RPPS	4.202.313,99	5.419.399,05			
Realizável	1.740,00	1.740,00			
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.740,00	1.740,00			
Permanente	5.087.364,38	5.934.626,67	Permanente	8.770.348,42	8.044.127,33
Dívida Ativa	257.412,04	253.129,49	Dívida Fundada	1.301.809,13	494.416,05
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	40.000,00	21.309,90	Débitos Consolidados	231.184,32	1.069.030,98
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	217.412,04	231.819,59	Dívidas Renegociadas	15.296,25	90.000,00
Imobilizado	4.829.952,34	5.681.497,18	Obrigações a Pagar	215.888,07	979.030,98
Bens Móveis e Imóveis	4.829.952,34	5.681.497,18	Diversos	7.237.354,97	6.480.680,30
Bens Imóveis	1.784.063,92	2.164.385,59	Provisões Matemáticas Previdenciárias	7.237.354,97	6.480.680,30
Bens Móveis	3.045.888,42	3.517.111,59			
ATIVO REAL	12.482.682,83	14.165.031,70	PASSIVO REAL	9.671.974,85	8.380.671,04
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	2.810.707,98	5.784.360,66
			Ativo Real Líquido	2.810.707,98	5.784.360,66
TOTAL	12.482.682,83	14.165.031,70	TOTAL	12.482.682,83	14.165.031,70

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 667.434,63** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,34** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ -25.211,71** passando de um Superávit de **R\$ 692.646,34** para um Superávit de **R\$ 667.434,63**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 593.682,85**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2010 - 2011

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	7.395.318,45	8.230.405,03	835.086,58
Passivo Financeiro	901.626,43	336.543,71	-565.082,72
Saldo Patrimonial Financeiro	6.493.692,02	7.893.861,32	1.400.169,30
Ativo Financeiro do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	5.801.045,68	7.226.426,69	1.425.381,01
Passivo Financeiro do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	0,00	0,00	0,00
Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	692.646,34	667.434,63	-25.211,71

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 7.226.426,69, se refere exclusivamente ao RPPS, que não apresenta Passivo Financeiro.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2007 – 2011

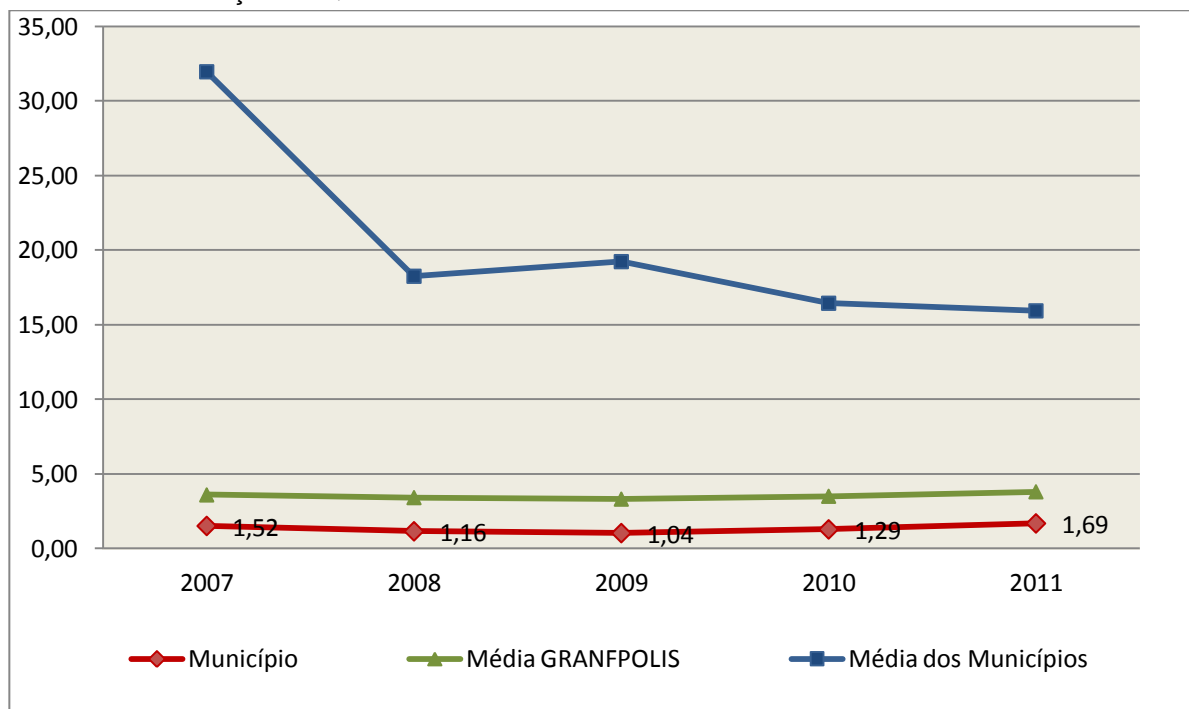
ITENS / ANO	2007	2008	2009	2010	2011
1 Despesa Executada	6.650.263,91	8.004.261,31	8.619.245,64	10.262.761,66	10.695.195,65
2 Restos a Pagar	595.517,33	258.976,60	338.720,36	901.467,24	327.624,84
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	917.702,89	878.842,58	1.146.844,52	1.594.272,77	1.003.978,34
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	597.869,84	263.073,27	343.094,36	901.626,43	336.543,71
5 Ativo Real	6.418.033,62	7.995.025,43	9.764.151,98	12.482.682,83	14.165.031,70
6 Passivo Real	4.226.199,29	6.874.775,15	9.372.373,88	9.671.974,85	8.380.671,04
QUOCIENTES	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Patrimonial (5÷6)	1,52	1,16	1,04	1,29	1,69
Situação Financeira (3÷4)	1,53	3,34	3,34	1,77	2,98
Restos a Pagar (2÷1)*100	8,95	3,24	3,93	8,78	3,06

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2007 – 2011



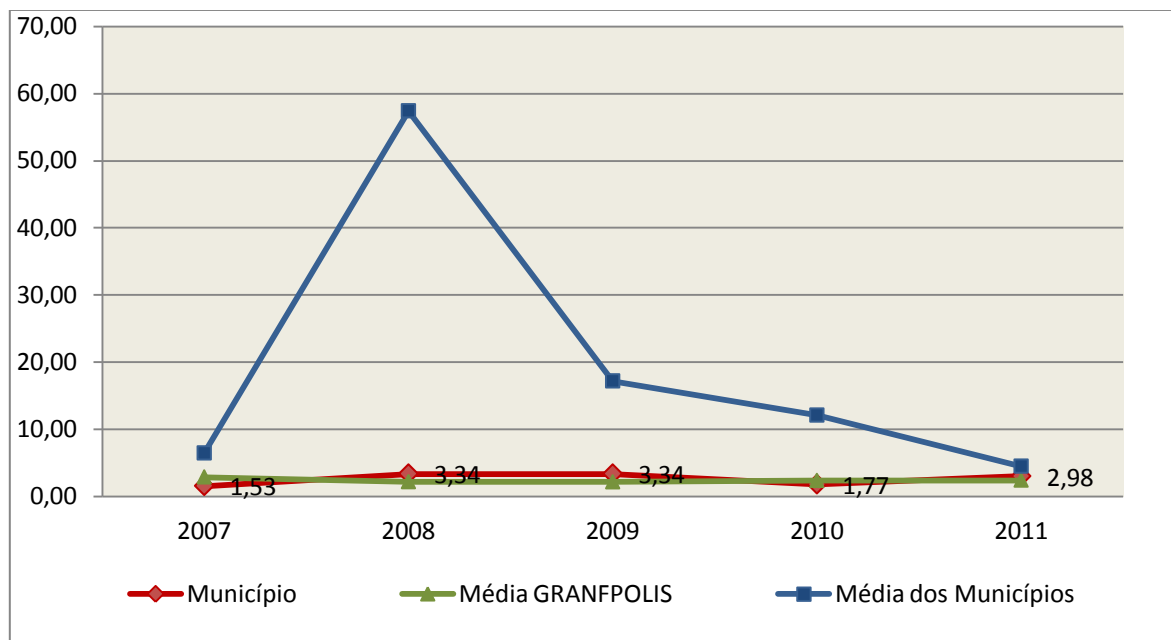
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2011 o Ativo Real apresenta-se **1,69** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2007 – 2011



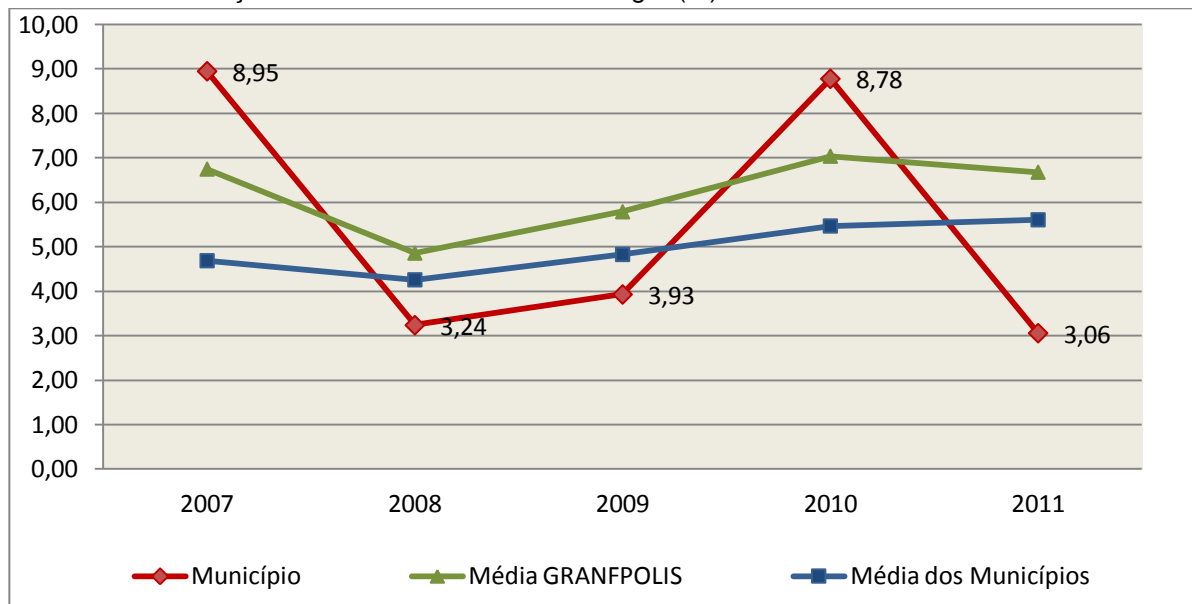
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2011 o Ativo Financeiro representa **2,98** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Angelina é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **3,06%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2011 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.404.103,59** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **16,73%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 144.938,46**, representando **1,73%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2011

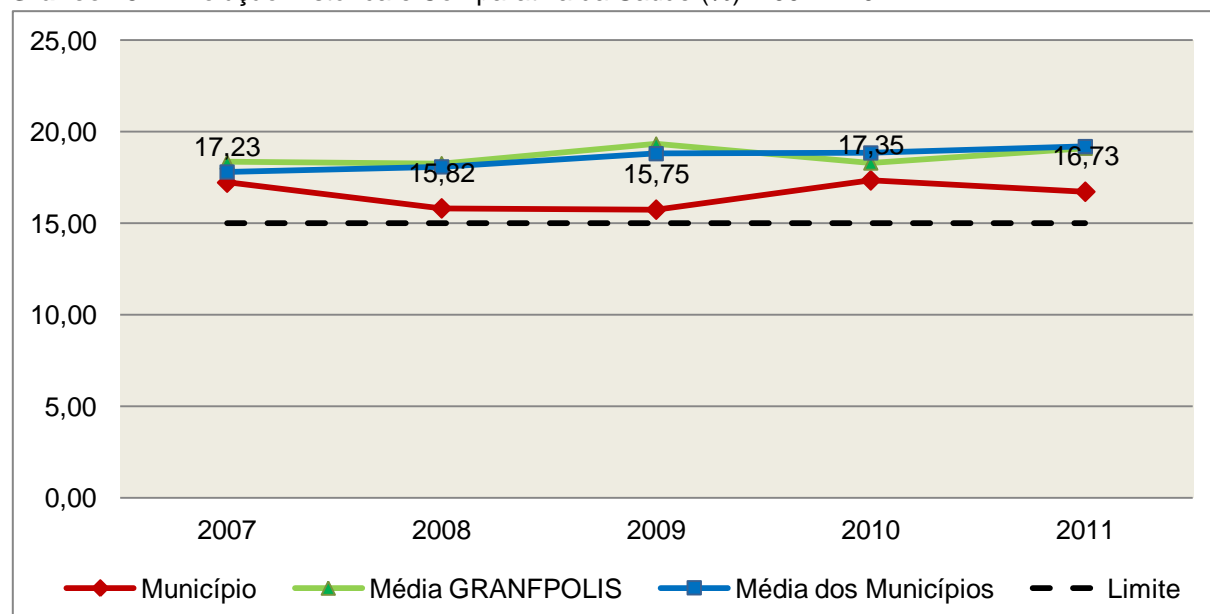
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	8.394.434,23	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.098.547,05	25,00
Atenção Básica (10.301)	2.064.006,50	24,59
Vigilância Sanitária (10.304)	9.831,40	0,12
Vigilância Epidemiológica (10.305)	24.709,15	0,29
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	694.443,46	8,27
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.404.103,59	16,73
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.259.165,13	15,00
Valor Acima do Limite	144.938,46	1,73

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Angelina em 2011 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2011) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.624.502,75** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **31,26%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 525.894,19**, representando **6,26%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2011

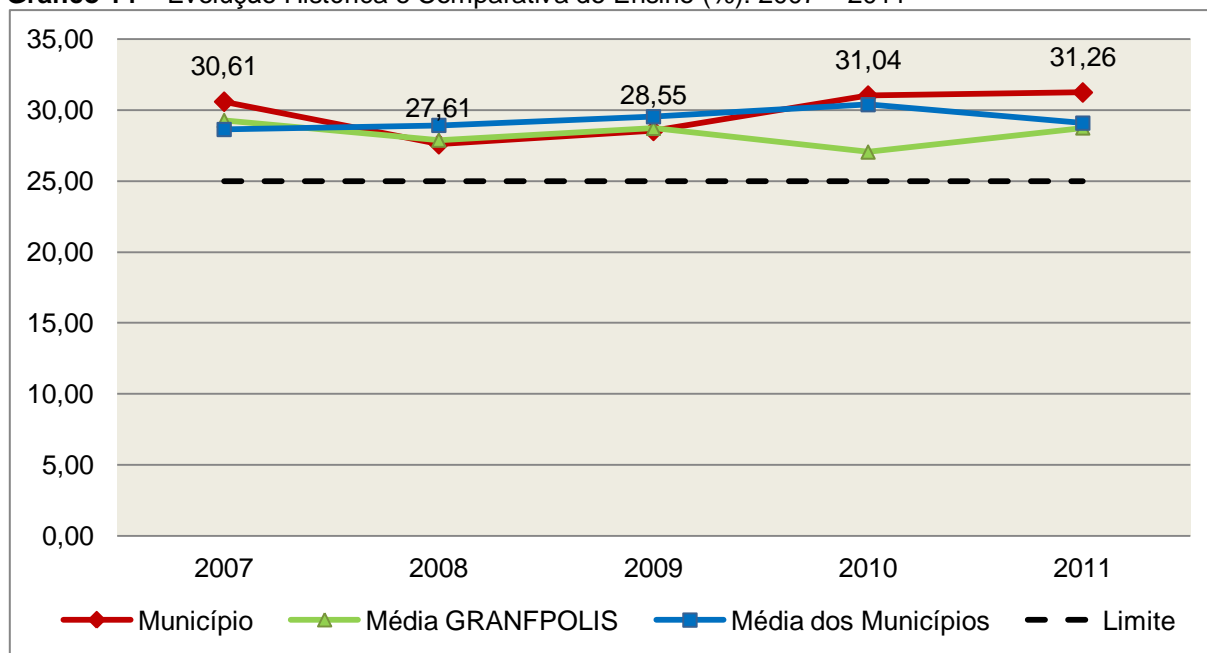
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	8.394.434,23	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	720.117,54	8,58
Educação Infantil (12.365)	720.117,54	8,58
Valor Aplicado Ensino Fundamental	2.142.082,49	25,52
Ensino Fundamental (12.361/12.366)	2.142.082,49	25,52
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	880.481,16	10,49
(+) Perda com FUNDEB	646.336,51	7,70
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.552,63	0,04
Total das Despesas para efeito de Cálculo	2.624.502,75	31,26
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.098.608,56	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	525.894,19	6,26

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Angelina em 2011 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 608.626,23**, equivalendo a **67,93%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

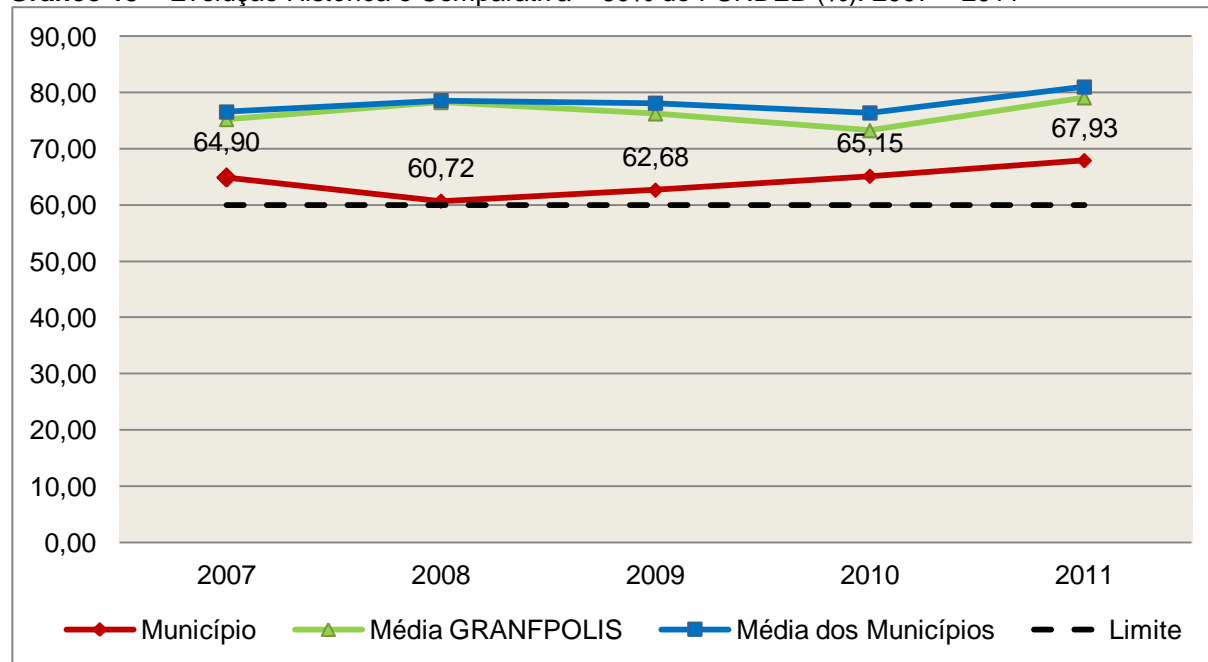
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	892.427,63
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	3.552,63
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	895.980,26
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	537.588,16
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	608.626,23
Valor Acima do Limite	71.038,07

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Obs.: A ausência de remessa do parecer do Conselho do FUNDEB consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2011

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 858.902,98**, equivalendo a **95,86%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2011

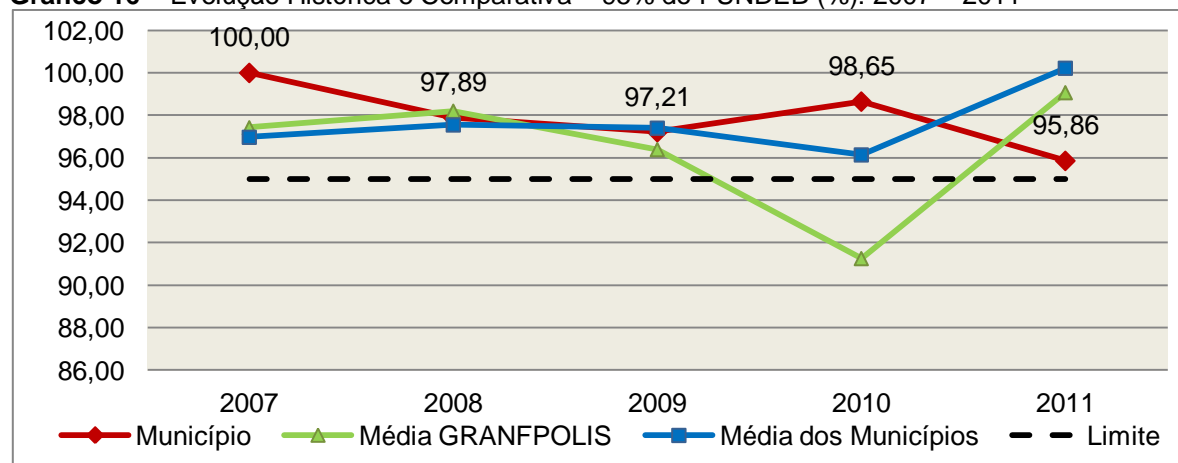
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	895.980,26
95% dos Recursos do FUNDEB	851.181,25
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	858.902,98
Valor Acima do Limite	7.721,73

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: *Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras), Especificação da Fonte de Recurso “18” e Grupo de Destinação “1” e “2”.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Angelina reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.



Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 11.415,70, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2011: No tocante aos recursos do FUNDEB oriundos do exercício em análise, a Instrução apurou a ausência de saldo remanescente em 31/12/2011.

Obs.: Constatou-se a existência de Restos a Pagar inscritos no exercício sem cobertura financeira com recursos do FUNDEB, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2011

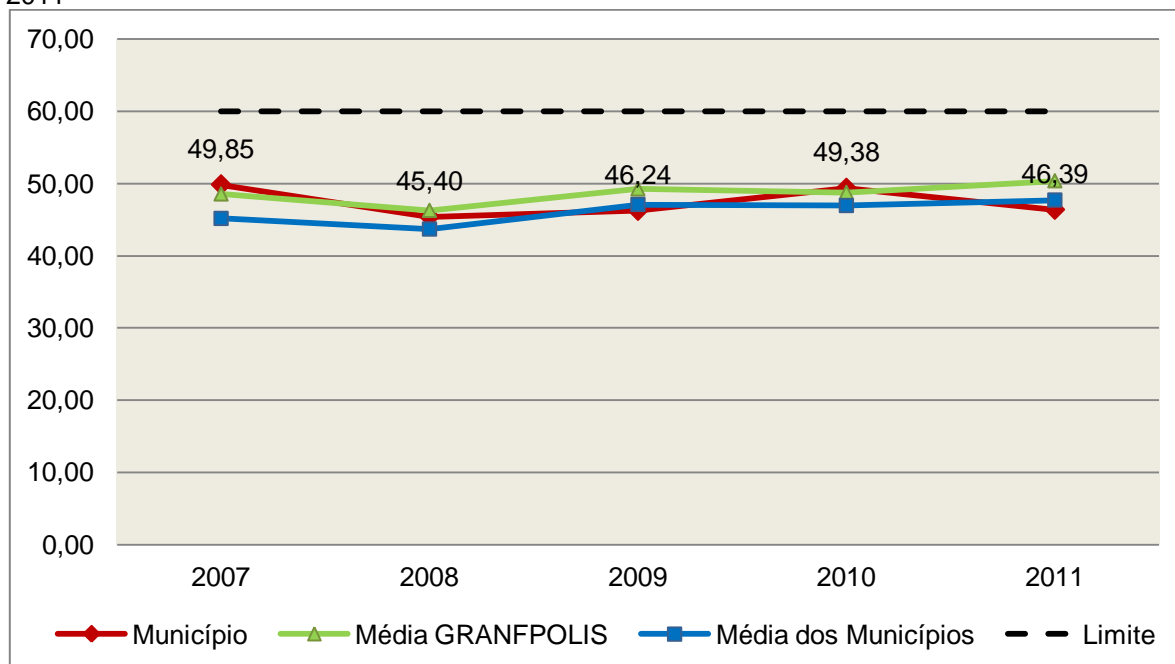
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.707.466,07	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.424.479,64	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.649.286,00	43,42
Pessoal e Encargos	4.649.286,00	43,42
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	317.692,42	2,97
Pessoal e Encargos	303.292,42	2,83
Terceirização para Substituição de Servidores (Art. 18, § 1º-LRF), não registrados em Pessoal e Encargos	14.400,00	0,13
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	4.966.978,42	46,39
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.457.501,22	13,61

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **46,39%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Angelina, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.707.466,07	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.782.031,68	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.649.286,00	43,42

Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.649.286,00	43,42
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.132.745,68	10,58

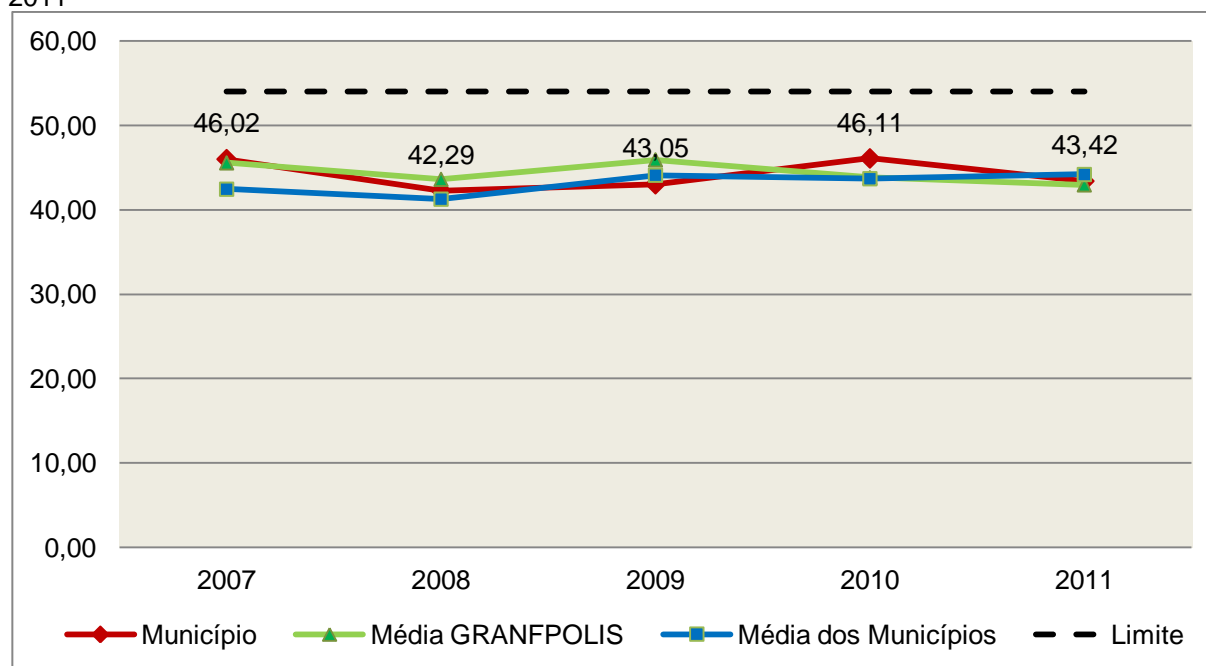
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **43,42%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.707.466,07	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	642.447,96	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	317.692,42	2,97
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	317.692,42	2,97
Valor Abaixo do Limite (6%)	324.755,54	3,03

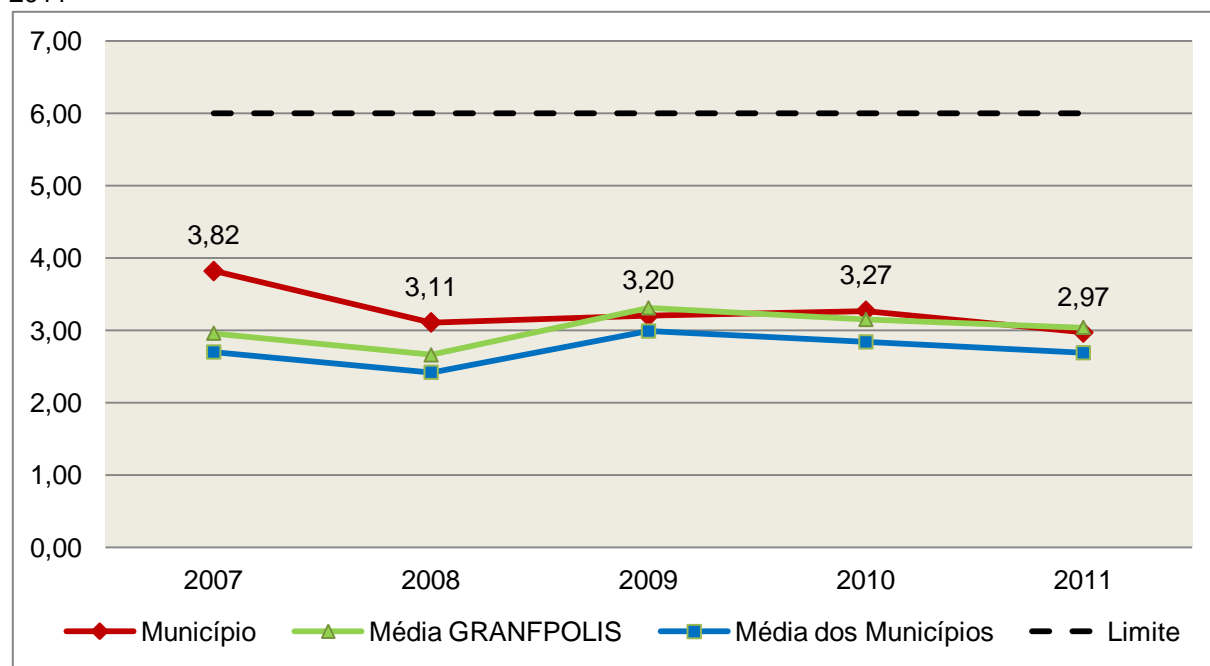
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,97%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Angelina, sua Lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	Lei Municipal nº 919/2004, de 20/01/2004					
RESPONSÁVEL	Sr. Éderson Batista		ATO DE NOMEAÇÃO		Portaria nº 22/2009, de 01/01/2009	
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2011	31/05/2011	01/08/2011	30/09/2011	30/11/2011	31/01/2012
	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2011	27/05/2011	29/07/2011	30/09/2011	29/11/2011	03/02/2012
	Diferença em Dias					
1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.	
0	0	0	0	0	3	

Obs.: O atraso no envio do Relatório do Controle Interno do 6º Bimestre consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal, do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Os Relatórios elaborados pelo Controle Interno apresentam informações sobre o desempenho orçamentário e financeiro do ente, o cumprimento dos limites legais e constitucionais como saúde, educação e pessoal; além de apresentar informações sobre Dívida Ativa, Resultado Primário e Nominal, controle de Licitações, disponibilidade financeira, além de controle de horas extras, da frota e do patrimônio.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com

os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Angelina, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 28.951,06) representa 0,37% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 7.796.616,63).

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº TC/DMU 4.718/2012 (fls. 317 a 323 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 319 e 320 ;

2) Não houve a remessa do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) O pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar representa 100,00% da despesa total do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, onde deste 73,94% se refere a remuneração total dos Conselheiros Tutelares, sendo que a mesma está sendo financiada com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Município de **Angelina**, com base na população estimada⁵ quando a Lei Complementar nº 131/2009 entrou em vigor, acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, se enquadra na regra estabelecida no artigo 73-B, III, do citado diploma legal, ou seja, o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 48 e do artigo 48-A da referida Lei iniciará no exercício de 2013.

⁵ População de 5.436 habitantes (IBGE – 2008).



A análise no que se refere à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação da existência ou não da divulgação dessas informações por meios eletrônicos.

Assim, constatou-se que o Município de **Angelina** não possui em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Alertando-se que a partir do mês de maio de 2013 é obrigatória a divulgação desses dados de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010.

9. RESTRIÇÕES APURADAS

- 9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL
 - 9.1.1 Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07.
 - 9.1.2 Atraso na remessa do Relatório de Controle Interno referente ao 6º bimestre, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004 (Quadro 20).
 - 9.1.3 Despesas inscritas em Restos a Pagar com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 9.550,00**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64.

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Demonstra adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 25.417,35
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 667.434,63
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	16,73%
4.2) Ensino	25,00%	31,26%
4.3) FUNDEB	60,00%	67,93%
	95,00%	95,86%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	46,39%
b) Poder Executivo	54,00%	43,42%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,97%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2011 do Município de Angelina**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **9.1** deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:



I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências em relação ao apontado no Capítulo 8 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010 em face da obrigatoriedade de atendimento destes dispositivos legais a partir de maio de 2013;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 7, em 07/11/2012.

EDU MARQUES FILHO
Auditor Fiscal de Controle Externo

RICARDO JOSÉ DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 7

De Acordo,

Em 07/11/2012.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Inspetoria 3

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	676.272,39
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.121,80
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde <i>(Valor extraído da Informação nº 55/2012, de Auditoria in loco - fls. 352 a 396 dos autos)</i>	8.049,27
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	694.443,46

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	332.707,68
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	322,44
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	542.986,46
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental <i>(Valor extraído da Informação nº 58/2012, de Auditoria in loco - fls. 325 a 351 dos autos)</i>	4.464,58
Total das deduções das despesas com Educação Básica	880.481,16



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2011	301	1.332,00	1.332,00	1.332,00
64 - Atenção Básica	2011	301	596.769,73	596.769,73	596.769,73
66 - Vigilância em Saúde	2011	304	9.831,40	9.831,40	9.831,40
66 - Vigilância em Saúde	2011	305	16.360,37	16.360,37	16.360,37
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2011	301	51.978,89	51.978,89	51.978,89
TOTAL			676.272,39	676.272,39	676.272,39

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Angelina	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	101	10/02/2011	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	374,93	374,93	374,93	PELA DESPESA EMPENHADA REF. INFRAÇÃO DE TRANSITO COMETIDA PELO VEICULO PLACA MGH 6566 DA SECRETARIA DE SAUDE, RESTITUIDA EM FOLHA DE PAGAMENTO PELO MOTORISTA INFRATOR.
Fundo Municipal de Saúde de Angelina	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	180	15/03/2011	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	102,15	102,15	102,15	PELA DESPESA EMPENHADA REF. INFRAÇÃO DE TRANSITO COMETIDA PELO VEICULO PLACA MFQ 4587 DA SECRETARIA DE SAUDE, RESTITUIDA EM FOLHA DE PAGAMENTO PELO MOTORISTA INFRATOR.
Fundo Municipal de Saúde de Angelina	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	207	25/03/2011	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	1.476,10	1.476,10	1.476,10	PELA DESPESA EMPENHADA REF. INFRAÇÃO DE TRANSITO COMETIDA PELO VEICULO PLACA AXS 9655 DA SECRETARIA DE SAUDE, RESTITUIDA EM FOLHA DE PAGAMENTO PELO MOTORISTA INFRATOR.
Fundo	02 - Receitas	301	765	12/09/2011	SECRETARIA DE	170,25	170,25	170,25	PELA DESPESA EMPENHADA REF. INFRAÇÃO DE TRANSITO COMETIDA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Saúde de Angelina	de Impostos e Transf de impostos: Saúde				ESTADO DA FAZENDA				PELOS VEICULOS PLACAS MFQ 4587 E MFA 6579 DA SECRETARIA DE SAUDE, RESTITUIDA EM FOLHA DE PAGAMENTO PELOS MOTORISTAS INFRATORES.
Fundo Municipal de Saúde de Angelina	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1138	20/12/2011	FARMACIA ANGELINA LTDA	2.000,00	2.000,00	2.000,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE 100 KITS P/ GESTANTES E RECEM NASCIDOS DO MUNICIPIO. ANEXO NF 137.
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	202	01/02/2011	RAFAEL ROMULO WALTER - ME	15,74	15,74	15,74	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A COZINHA DOS OPERÁRIOS DE BARRA CLARA. (Compra Direta Nº 47/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	325	22/02/2011	ALTANIR ANTONIO KRETZER - ME	170,50	170,50	170,50	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE DESPESA DE ALIMENTAÇÃO DOS OPERÁRIOS, REALIZADA DURANTE OS MUTIRÕES DE RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DE INTEMPÉRIES OCORRIDOS NO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 60/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	374	25/02/2011	RAFAEL ROMULO WALTER - ME	13,56	13,56	13,56	FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A COZINHA DOS OPERÁRIOS DE BARRA CLARA DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. (Compra Direta Nº 70/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	614	29/03/2011	MARIZA HELENA GOEDERT HEIDERSCHIEDT - ME	172,50	172,50	172,50	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES/OPERÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, DURANTE REALIZAÇÃO DE MUTIRÕES COMUNITÁRIOS. (Compra Direta Nº 148/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	784	26/04/2011	SENS RESTAURANTE E CHURRASCARIA LTDA ME	216,00	216,00	216,00	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REFERENTE A REUNIÃO PEDAGÓGICA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. (Compra Direta Nº 193/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	810	27/04/2011	ALTANIR ANTONIO KRETZER - ME	286,00	286,00	286,00	REFERENTE DESPESA DE ALIMENTAÇÃO DURANTE A PARADA PEDAGÓGICA, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2011, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS EM ANEXO. (Compra Direta Nº 220/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	957	16/05/2011	RAFAEL ROMULO WALTER - ME	20,24	20,24	20,24	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A COZINHA DOS OPERÁRIOS DE BARRA CLARA. (Compra Direta Nº 245/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1247	28/06/2011	ALTANIR ANTONIO KRETZER - ME	100,50	100,50	100,50	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO P/ OS OPERÁRIOS REALIZADA DURANTE OS MUTIRÕES DE RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DE INTEMPÉRIES. (Compra Direta Nº 325/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1360	06/07/2011	RAFAEL ROMULO WALTER - ME	9,51	9,51	9,51	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A COZINHA DOS OPERÁRIOS DE BARRA CLARA. (Compra Direta Nº 360/2011)



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1474	25/07/2011	ALTANIR ANTONIO KRETZER - ME	69,50	69,50	69,50	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO P/ OS OPERÁRIOS, REALIZADA DURANTE OS MUTIRÕES DE RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DE INTERPÉRIES. (Compra Direta Nº 388/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1483	26/07/2011	ALTANIR ANTONIO KRETZER - ME	240,50	240,50	240,50	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PROVIDA DURANTE ENCONTRO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE 18 A 21 DE JULHO. (Compra Direta Nº 389/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1561	02/08/2011	RAFAEL ROMULO WALTER - ME	7,60	7,60	7,60	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A COZINHA DOS OPERÁRIOS DE BARRA CLARA. (Compra Direta Nº 409/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1727	29/08/2011	ALTANIR ANTONIO KRETZER - ME	275,10	275,10	275,10	PELA DESPESA EMPENHADA REF. DESPESA COM ALIMENTAÇÃO P/ OS OPERÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, REALIZADA DURANTE OS MUTIRÕES DE RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DE INTERPÉRIES. (Compra Direta Nº 449/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1799	01/09/2011	RAFAEL ROMULO WALTER - ME	12,91	12,91	12,91	PELA DESPESA EMPENHADA REF.FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A COZINHA DOS OPERÁRIOS DE BARRA CLARA. (Compra Direta Nº 471/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1983	27/09/2011	ALTANIR ANTONIO KRETZER - ME	107,20	107,20	107,20	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS OPERÁRIOS, REALIZADA DURANTE OS MUTIRÕES DE RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DE INTEMPÉRIES OCORRIDOS NO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 503/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	2090	03/10/2011	RAFAEL ROMULO WALTER - ME	23,37	23,37	23,37	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A COZINHA DOS OPERÁRIOS DE BARRA CLARA. (Compra Direta Nº 532/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	2274	26/10/2011	AYRTON J. KRETZER & FILHOS LTDA. - ME	740,00	740,00	740,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE KITS DE ALIMENTAÇÃO/LANCHE PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (Compra Direta Nº 568/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	2387	03/11/2011	RAFAEL ROMULO WALTER - ME	42,31	42,31	42,31	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A COZINHA DOS OPERÁRIOS DE BARRA CLARA. (Compra Direta Nº 590/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	210	01/02/2011	RAFAEL ROMULO WALTER - ME	2.210,52	2.210,52	2.210,52	PELA DESPESA EMPENHADA REF. NE ESTIMATIVA P/ AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS P/ AS COZINHAS DOS OPERARIOS, RELATIVO AO PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2011.
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	539	24/03/2011	ALTANIR ANTONIO KRETZER - ME	546,30	546,30	546,30	PELA DESPESA EMPENHADA REF. ALIMENTAÇÃO AOS OPERÁRIOS, REALIZADA DURANTE OS MUTIRÕES DE RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DE INTEMPÉRIES. (Compra Direta Nº 142/2011)

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	695	04/04/2011	RAFAEL ROMULO WALTER - ME	22,61	22,61	22,61	PELA DESPESA EMPENHADA REF.FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A COZINHA DOS OPERÁRIOS DE BARRA CLARA. (Compra Direta Nº 171/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	811	27/04/2011	ALTANIR ANTONIO KRETZER - ME	91,50	91,50	91,50	REFERENTE DESPESA DE ALIMENTAÇÃO DOS OPERÁRIOS, REALIZADA DURANTE OS MUTIRÕES DE RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DE INTEMPÉRIES PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. (Compra Direta Nº 221/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1059	27/05/2011	RAFAEL ROMULO WALTER - ME	5,20	5,20	5,20	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A COZINHA DOS OPERÁRIOS DE BARRA CLARA. (Compra Direta Nº 289/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1169	14/06/2011	GILBERTO KOERICH ME	432,70	432,70	432,70	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A COZINHA DOS OPERÁRIOS DE BARRA CLARA. (Compra Direta Nº 307/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1248	28/06/2011	ALTANIR ANTONIO KRETZER - ME	125,50	125,50	125,50	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO P/ OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DURANTE ENCONTRO DE CAPACITAÇÃO. (Compra Direta Nº 326/2011)
Prefeitura Municipal de Angelina	00 - Recursos Ordinários	306	1558	02/08/2011	REINALDO JUTTEL - ME	41,00	41,00	41,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE 03 ALMOÇOS P/ O PREFEITO MUNICIPAL, GILBERTO ORLANDO DORIGON, SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS JOSE VALMIR SCHMITT E SECRETARIO DE SAUDE JOSE NILTON DA SILVA, QUANDO EM REUNIAO NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONBAL P/ RESOLVER QUESTOES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ESTADUAIS. ANEXO NF 5343.
TOTAL						10.121,80	10.121,80	10.121,80	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2011	365	304.917,68	162.415,78	162.415,78
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2011	365	15.120,00	15.120,00	15.120,00
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2011	365	12.670,00	12.670,00	12.670,00
TOTAIS			332.707,68	190.205,78	190.205,78



Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Angelina	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	925	05/05/2011	AYRTON J. KRETZER & FILHOS LTDA. - ME	322,44	322,44	322,44	PELA DESPESA EMPENHADA REF. FORNECIMENTO DE 43 DZ DE OVOS, 53 KG DE TRIGO, 47 VINAGRE E 30,100 KG DE SALSICHA P/ A MERENDA DAS UNIDADES PRE-ESCOLARES MUNICIPAIS. ANEXO NF 2229.
TOTAL						322,44	322,44	322,44	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2011	361	340.369,98	340.369,98	340.369,98
58 - Salário Educação	2011	361	91.317,15	91.317,15	91.317,15
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2011	361	22.582,44	22.582,44	22.582,44
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2011	361	88.716,89	88.716,89	88.716,89
TOTAL			542.986,46	542.986,46	542.986,46

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
TOTAL						0,00	0,00	0,00	

Especificação das outras despesas dedutíveis com Ações e Serviços Públicos de Saúde (AUDITORIA IN LOCO);

Despesas excluídas por não serem consideradas como de gastos com Saúde, conforme **Informação nº 55/2012** (fls. 352 a 396 dos autos).

1 – Realização de despesas, no montante de R\$ 8.049,27, que não se enquadram em Ações e Serviços Públicos de Saúde, contrariando o art. 198 da CF/1988 c/c art. 77 do ADCT, art. 18, da Lei nº 8.080/90, e Resolução nº 322/2003 do Conselho Nacional de Saúde

A seguir, demonstram-se os valores correspondentes a esse expurgo:

Mês	NE n ^{os}	Valor (R\$)	Agente de Saúde Pública – valor (R\$)	Motorista – valor (R\$)	TOTAL (R\$)
Mai	372, 373 e 374	38.983,85	714,41	-	39.698,26
Jun	501, 502 e 503	37.663,48	714,41	1.126,68	39.504,57
Jul	581, 582 e 583	37.461,60	714,41	1.090,07	39.266,08
Ago	678, 679 e 680	39.633,39	714,41	1.312,16	41.659,96
Set	785, 786 e 787	39.486,85	714,41	948,31	41.149,57
TOTAL (R\$)			3572,05	4.477,22	8.049,27



Especificação das outras despesas dedutíveis com Educação (AUDITORIA IN LOCO);

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento da Educação, conforme **Informação nº 58/2012** (fls. 325 a 351 dos autos).

1 - Despesas alocadas na Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, no montante de R\$ 3.560,00, que não se enquadram no art. 70 da Lei n. 9.394/96, portanto, desconsideradas para efeito de verificação do art. 212 da Constituição Federal/88

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	VI. Empenho (R\$)	VI. Liquidado (R\$)	VI. Pago (R\$)	Histórico
1	26	11/01/2011	COOP. DE CREDITO MUTUO DOS DESP. DE TRANSITO DE SC	280,00	280,00	280,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESPACHANTE DE EMPLACAMENTO E TRANSFERENCIA P/ O VEICULO PLACA MID 8788 DO TRANSPORTE ESCOLAR.
1	329	23/02/2011	COOP. DE CREDITO MUTUO DOS DESP. DE TRANSITO DE SC	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESPACHANTE SENDO: SEGURO, PLACA E TRANSFERENCIA P/ O VEICULO PLACA MIN 0461 DO TRANSPORTE ESCOLAR.
1	2414	08/11/2011	RITA DE CASSIA BATISTA. ME	2.200,00	2.200,00	2.200,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA ATIVIDADES INTEGRAÇÃO E EXTRACURRICULARES DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ALUSIVAS AO DIA DAS CRIANÇAS. ANEXO NF 085.
1	2142	11/10/2011	SLOT CAR AUTORAMA LTDA - ME	600,00	600,00	600,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL P/ OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, REPRESENTADO PELO: NUCLEO ESCOLAR MUNICIPAL

						ERMELINDA GOEDERT PEREIRA, EIM RIO QUEBRA DENTE, EIM RIO DO NORTE, CMEI BARRA CLARA, EEB NORBERTO TEODORO DE MELO, EIM RIO DO TIGRE, CMEI RIO SÃO JOÃO, CMEI RIO NOVO, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS. (Compra Direta Nº 544/2011)
		TOTAL		3.560,00		

2 - Despesas alocadas na Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica referente a manutenção de veículo que não pertence a frota da Secretaria da Educação, no montante de R\$ 904,58, que não se enquadram no art. 70 da Lei n. 9.394/96, portanto, desconsideradas para efeito de verificação do art. 212 da Constituição Federal/88

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	VI. Empenho (R\$)	Histórico
1	2888	30/12/2011	AUTO POSTO BARRA CLARA LTDA.	(*) 387,59	PELA DESPESA EMPENHADA REF. NE COMPLEMENTAR A LIQ. PARCIAL 3479 REL. AO FORNECIMENTO DE -27,309 LT DE GASOLINA P/ O VEICULO PLACA MFD 3014, -130,5 LT P/ O VEICULO PLACA MFD 2784, -387,218 LT DE OLEO DIESEL P/ O VEICULO PLACA MET 9232, -336,82 LT P/ O VEICULO PLACA MID 8788 DO TRANSPORTE ESCOLAR. ANEXO NF 1615, 1616, 1622 E 1609.
1	2126	07/10/2011	AUTO POSTO RUBIK LTDA.	10,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. 01 ENGRAXAÇÃO P/ O VEICULO PLACA MFD 2784 DO TRANSPORTE ESCOLAR. ANEXO NF 3563.
1	2125	07/10/2011	AUTO POSTO RUBIK LTDA.	25,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SENDO 01 LAVAÇÃO P/ O VEICULO PLACA MFD 2784 DO TRANSPORTE ESCOLAR. ANEXO NF 3563.



1	206	01/02/2011	JOSÉ LINO WALTER	(*) 481,99	PELA DESPESA EMPENHADA REF. NE ESTIMATIVA NA AQUISICAO DE COMBUSTIVEIS PARA OS VEICULOS PLACAS MEO 9002, MAT 6080, MFD 3014, MAT 6100, MET 9232, MBA 4738, MID 8788, MIG 5374 E MGP 1609 DO TRANSPORTE ESCOLAR RELATIVO AO PERIODO JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011.
		TOTAL		904,58	

(*) valor parcial do empenho, considerado somente as despesas direcionadas ao veículo especificado, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Veículo	Empenho	Nota de liquidação	Combustível/litros	Valor Unitário	Valor dispendido
MFD 2784	206	1289	61,51	2,97	182,685
MFD 2784	206	3178	77,86	2,97	231,24
MFD 2784	206	3178	22,92	2,97	68,07
Sub-total					481,99
MFD 2784	2888		130,50	2,97	387,59
Sub-total					387,59
TOTAL					869,59

3 - Realização de despesas no montante de R\$ 13.266,23, que não se enquadram no art. 22 da Lei n. 11.494/2007, para fins de cálculo do limite mínimo de 60% para a aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério

Segue demonstração da remuneração mensal da Servidora:

MÊS	Número do Empenho	Valor empenhado	Remuneração da Servidora Roselani M. K. Fuck
JANEIRO	570/2011	31.729,39	1.248,00
FEVEREIRO	581/2011	24.120,02	951,00
MARÇO	591/2011	15.124,71	1.007,93
ABRIL	826/2011	26.415,23	1.007,93
MAIO	1018/2011	26.532,96	1.007,93
JUNHO	1236/2011	26.895,35	1.007,93
JULHO	1448/2011	27.024,39	1.007,93
AGOSTO	1666/2011	27.135,46	1.007,93
SETEMBRO	1931/2011	25.907,61	1.007,93



OUTUBRO	2252/2011	25.912,64	1.007,93
NOVEMBRO	2489/2011	25.912,64	1.007,93
DEZEMBRO	2753/2011	25.891,90	1.995,86
TOTAL			13.266,23